

**DIRETORIA
NOTA DEFENDE
LIBERDADE
SINDICAL**

**ADUFRJ-SSIND
CHAPAS
CONFRONTAM
SUAS IDEIAS**

GREVE DA EDUCAÇÃO

PRESSÃO EM BRASÍLIA

Professores e
estudantes de todo
o país exigem do
MEC abertura de
negociações

Páginas 2, 3 e 5



**"SAI DA
LATA,
JANINE!"**.
Inflável da
Adufrj-SSind
fez sucesso na
manifestação



Samuel Tosta - 25/08/2015



ATO CONTRA O AJUSTE FISCAL

O ato contra os cortes do governo federal nas áreas sociais seguiu, no último dia 25, da Candelária à Cinelândia com a participação de trabalhadores de diversos setores como aeroviários, garis, rodoviários, petroleiros, servidores públicos da saúde, educação, justiça, seguridade e representações do movimento estudantil. A atividade, puxada pela Plenária de Trabalhadores, tinha como objetivo apontar a saída à esquerda do governo de Dilma Rousseff. Um dos gritos entoados durante a marcha afirmava: "eu estou na rua e não me engano, enfrento ajuste de petista e de tucano".

"Estamos em uma greve por condições de trabalho e contra o avanço neoliberal na educação. Diversos pontos das nossas reivindicações sequer afetam a verba de custeio e até hoje, após mais de dois meses em greve, o ministro da Educação, Renato Janine, não nos recebeu. Precisamos nos unir contra o ajuste fiscal e as políticas de austeridade impostas aos trabalhadores", declarou o professor Luís Acosta, 1º vice-presidente da Regional RJ do Andes-SN. (Samantha Su)

NOTA DA DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND SOBRE O FIM DA GREVE NA UFRJ

Reunidas em 24.08.15, as professoras e os professores que participaram do Comando Local de Greve e a Diretoria da ADUFRJ-SSind divulgam à comunidade acadêmica da UFRJ a seguinte Nota.

Considerando que:

1. a Assembleia Geral da ADUFRJ-SSind, realizada na última sexta-feira, 21.08.15, após cinquenta e nove dias de paralisação, apontou a saída da greve;

2. o movimento grevista cumpriu importante papel de resistência e denúncia da crise que a educação pública atravessa e que os elementos constitutivos da contrarreforma da educação seguem fortes, inclusive ameaçando a continuidade do funcionamento da própria UFRJ sobretudo devido ao repasse insuficiente de verbas por parte do governo federal;

3. a política de austeridade seletiva promove os maiores cortes orçamentários da história recente do Brasil, atingindo, de forma desproporcional, a educação e a saúde públicas e tem intensificado os ataques

aos direitos sociais e garantias previstos na Constituição de 1988 (ex. Cobranças de taxas no SUS, aprofundamento da terceirização, aumento da idade mínima para aposentadoria, desvinculação das despesas com políticas sociais e redução da proteção ambiental), além dos ataques à universidade pública e gratuita (ex. tramitação da PEC 395/2014), devendo ser mencionado ainda as propostas de redução da maioria penal e o projeto de lei antiterrorismo;

4. ainda se mantém a greve de estudantes e técnicos administrativos da UFRJ, bem como se intensifica, em nível nacional, a mobilização dos servidores públicos federais, junto com o ANDES-SN, tendo o movimento grevista alcançado momento crucial nas negociações com o governo, com muita luta e intensa participação dos docentes da UFRJ.

Vêm indicar:

i) seu respeito à Assembleia como espaço democrático e legítimo para tal decisão, reiterando a permanência da luta da categoria docente na UFRJ em defesa da uni-

versidade pública, gratuita e socialmente comprometida;

ii) a participação de docentes da UFRJ nos atos unificados nacionais e estaduais que ocorrem nesta semana, solidarizando-se com as demais categorias em luta pelos direitos sociais ameaçados;

iii) sua ampla solidariedade à greve das demais categorias na UFRJ;

iv) seu compromisso com a qualidade do ensino e do trabalho docente na universidade, recomendando aos Conselhos Superiores, na discussão sobre calendário e prazos acadêmicos, que seja garantida a integralidade da reposição das aulas (conteúdo e carga horária), com respeito à greve em curso dos outros setores que compõem a comunidade universitária da UFRJ e respeitando o preceito universitário do calendário único;

v) a manutenção da luta na UFRJ contra o ajuste fiscal e os ataques aos direitos sociais e às garantias previstas na CF/88.

Rio de Janeiro, 24 de Agosto de 2015.

Os eixos da pauta

Defesa do caráter público da universidade

Melhorias das condições de trabalho

Garantia de autonomia universitária

Reestruturação da carreira

Valorização salarial de ativos e aposentados



VIDA DE PROFESSOR

Diego Novaes



GREVE DA EDUCAÇÃO

500 exigem do MEC
abertura de negociação

Ato unificado de docentes e estudantes pressionam o ministério, mas Janine não aparece para negociar

Redação e Andes

Mais de 500 professores e estudantes de todo o Brasil realizaram manifestação nesta sexta-feira 28 em frente ao Ministério da Educação (MEC) em Brasília. A pressão foi para exigir abertura de negociação sobre a pauta do Andes-SN e cobrar a reversão dos cortes no orçamento da Educação Federal.

Os cortes já ultrapassam R\$ 11 bilhões e aprofundaram a precarização das Instituições Federais de Ensino (IFE).

Uma comissão de docentes e estudantes – do qual fizeram parte Paulo Rizzo e Marinalva Oliveira, diretores do Andes-SN – foi recebida pela secretária em exercício da Secretaria de Educação Superior do MEC (Sesu/MEC), Dulce Tristão, e mais dois assessores.

O ministro da Educação, Renato Janine Ribeiro, se recusa a receber os docentes.

Na reunião, a comissão cobrou respostas às pautas protocoladas, informações sobre as vagas já disponíveis para concursos públicos, verba para assistência estudantil e questionaram sobre o impacto dos cortes nos orçamentos das IFE.

Dulce Tristão reconheceu a retirada de recursos da educação e o impacto que isso tem nas verbas de custeio e investimento das IFE. Mas garantiu que o recente corte de R\$ 1 bilhão não irá afetar as universidades.

A representante da Sesu/MEC se comprometeu a enviar ao Andes-SN a lista detalhada por universidade das 9 mil vagas para docentes que o MEC alega já estarem disponíveis. No entanto os concursos não são realizados. Foi agendada para a quinta-feira 3 uma reunião entre Andes-SN e Sesu/MEC.

Inflável da Adufrj

Desde às 10h da manhã, docentes e estudantes se reuniram na frente do MEC e trancaram uma das entradas de acesso ao Ministério. Os professores entoaram diversas canções e palavras de ordem que denunciavam o descaso do governo federal com a educação pública e a contradição entre o lema “Pátria Educado-



Pressão. Docentes de todo o Brasil fecharam um dos acessos ao prédio do MEC. Docentes cobram posicionamento do Ministério sobre as pautas apresentadas



Fotos: Andes-SN - 28/08/2015

ra” e os cortes no orçamento do MEC.

Uma enorme lata inflável em alusão à sopa Campbell's, parte da campanha “Sai da Lata, Janine!”, arte criada por docentes da UFRJ foi instalada em frente ao prédio do MEC. A campanha compara o desmonte da educação pública, sua privatização e mercantilização, com a famosa marca de sopa, símbolo dos alimentos industrializados ‘fastfood’.

Durante as intervenções, professores e estudantes vindos de diversas partes do país relatavam a realidade precária dos seus locais de estudo e trabalho e como os cortes no orçamento afetaram o funcionamento das suas IFE. Por pressão do movimento grevista, através da campanha “Abre as contas, reitores!” muitos dirigentes já se manifestaram, dizendo que não há verbas suficientes para encerrar o segundo semestre.

Em todo o Brasil, a comunidade acadêmica sofre com a redução de bolsas, paralisação de obras, cortes na pós-graduação, demissão de trabalhadores terceirizados, paralisação de programas e suspensão de novos projetos.

Várias instituições não têm recursos para o pagamento de despesas básicas essenciais como energia elétrica e materiais de limpeza e higiene.

MPOG

No dia anterior (27), os servidores públicos federais realizaram vigília desde a madrugada no Ministério do Planejamento. Os SPF fecharam os acessos ao prédio até serem recebidos pelos representantes do MPOG. Durante a reunião, o secretário de Relações do Trabalho, Sérgio Mendonça, disse que, por conta do atraso do próprio governo em dar retorno aos servidores, o Planejamento propunha estender o prazo de negociação até 11 de setembro. Mendonça, no entanto, reafirmou a proposta do governo de reajuste de 21,3%, parcelado em 4 anos, e a revisão dos benefícios, que não atendem à reivindicação de isonomia entre os servidores dos três poderes.

Repressão

Quando a reunião terminou, os manifestantes seguiram em ato até a Tenda do Fórum dos SPF, localizada também na Esplanada dos Ministérios. A Polícia Militar reprimiu o início do ato com gás de pimenta e tentativas de agressão, mas não houve feridos. Na tenda, foi organizada uma plenária unitária entre docentes e estudantes.

Além da recomposição dos orçamentos das IFE e mais investimento em educação, os professores em greve irão ao MEC cobrar resposta à pauta de reivindicações da categoria, que tem como eixos centrais a defesa do caráter público da universidade; melhores condições de trabalho; garantia de autonomia; reestruturação da carreira; e valorização salarial de ativos e aposentados.

EDITORIAL

Nota da Diretoria da Adufrj-SSind

A Diretoria da Adufrj-SSind vem a público defender a autonomia universitária, a democracia e a liberdade sindical, que foram colocadas em questão em uma “Carta aberta” assinada por alguns professores eméritos da UFRJ, direcionada ao Ministro da Educação Renato Janine Ribeiro, datada de 20 de agosto.

Tais professores demandam ao referido Ministro suposta “ação pronta e enérgica” contra o Reitor, mas não em relação aos cortes orçamentários que afetam o funcionamento daquela instituição que outorgou título de emergência aos signatários, mas sim ações que afetariam a autonomia universitária e sindical, que estão fora da esfera de ação do ministro que deve agir dentro dos limites democráticos existentes.

Se em qualquer debate interno prévio nos foros institucionais e sem que tenha sido levado ao conhecimento do Conselho Universitário, órgão máximo da Instituição, tal pleito se baseia em acusações infundadas, tendo sido redigido sem conhecer a realidade dos fatos, expondo o nome da UFRJ em colunas de jornais de forma temerária.

Consideramos que a autonomia sindical é elemento fundamental de construção da democracia na organização dos trabalhadores. A história da formação de sindicatos tutelados pelo governo construída no Brasil no período Vargas é profundamente

danosa à formação de entidades que defendam, de fato, os interesses dos trabalhadores. A luta pelo fim do imposto sindical obrigatório, praticada pelo nosso Sindicato, é um exemplo de ações que auxiliam na construção desta autonomia e que ajudam a superar a tradição intervencionista de governos e empresas na vida sindical. É através de filiação voluntária que construímos nossa ação autônoma e coletiva.

A autonomia universitária, por sua vez, garantida pelo artigo 207 da Constituição Federal, somente terá sua eficácia social atingida caso haja, da parte do governo federal, o cumprimento de suas obrigações, a saber, a garantia de dotação orçamentária suficiente para a realização das atividades de ensino, pesquisa e extensão que compõem o caráter público de nossas universidades. Lutamos e lutaremos sempre contra quaisquer tipos de ação que venham a ferir este preceito constitucional que é capaz de garantir à sociedade brasileira uma universidade comprometida com um caráter crítico e propositivo amparado pelo viés público.

A Adufrj-SSind nunca abriu mão da defesa destes dois princípios porque, o não cumprimento de ambos, fere a possibilidade de construção do ambiente acadêmico socialmente comprometido e a concepção de democracia que foi duramente construída e deve ser, cada vez mais, aprimorada na vida cotidiana da UFRJ.

Diante desses princípios, repudiamos quaisquer tentativas de interferência das instâncias deliberativas oficiais da universidade no que diz respeito ao movimento sindical, sobretudo no que tange à condução de suas greves, posto que a autonomia de nossa organização é uma das maiores conquistas da qual não iremos abdicar. Quem deve tomar decisões sobre greve é o sindicato de cada categoria em suas Assembleias, instâncias maiores da realização democrática da prática sindical. E, no caso, as eventuais excepcionalidades referentes a processos administrativos internos devem ser deliberados pelo Comando de Greve do Sintufrj, que organiza os técnicos-administrativos da UFRJ, não se podendo obrigar, fora dos casos legais, os trabalhadores a sair da greve para processarem pedidos de viagem, sob pena de prática antissindical.

Por outro lado, devemos nos mobilizar, sim, contra os procedimentos excessivamente burocráticos que restringem e dificultam a saída de docentes (auxiliares, assistentes, adjuntos, associados, titulares e eméritos) da UFRJ para congressos e eventos fora do país. É contra a burocratização e o lento procedimento que demora mais de 60 dias para se chegar a uma autorização formal, que demanda tempo de serviço dos técnicos responsáveis, papel e formalidades inúteis que temos que lutar. Nesse sentido, a Adufrj-SSind irá cobrar desta Reitoria (como já havia cobrado

da anterior) que seja reduzida a burocracia desses procedimentos que, mesmo fora da greve, levam tempo demais. Cobrará, também, do Ministério da Educação a disponibilização de recursos adequados para que professores da UFRJ possam participar de eventos e congressos no exterior visando a difusão do saber aqui produzido.

“A UFRJ segue uma rota perigosa, que em breve poderá tornar-se irreversível”, diz a carta. Não reconhece a mesma, porém, que a rota mencionada é a da precarização que segue cada vez mais forte pela atuação irresponsável do Ministério da Educação, em conjunto com as políticas de austeridade seletiva executadas pelo projeto do governo federal que se concretiza em cortes orçamentários da ordem de mais de 50% nas verbas para manutenção da universidade.

Exigimos, portanto, que o Ministro da Educação negocie com o Andes-Sindicato Nacional e que aja de maneira pronta e enérgica contra os cortes em sua pasta, defendendo a educação pública que deveria ser a sua tarefa socialmente estabelecida, e nos posicionamos em defesa da autonomia, da democracia e do respeito a todas as instâncias da UFRJ, sejam elas institucionais ou sindicais. Reconhecemos e respeitamos a trajetória de todos os eméritos da UFRJ e instamos todos eles a se juntarem à nossa luta em defesa da UFRJ, e não contra ela.

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Prédio do CT - bloco D - sala 200 Cidade Universitária CEP: 21949-900 Rio de Janeiro-RJ Caixa Postal 68531 CEP: 21941-972 Tel: 2230-2389, 3884-0701 e 2260-6368
Diretoria da Adufrj-SSind Presidente: Cláudio Ribeiro 1º Vice-Presidente: Luciana Boiteux 2º Vice-Presidente: Cleusa Santos 1º Secretário: José Henrique Sanglard 2º Secretário: Romildo Bomfim 1º Tesoureiro: Luciano Coutinho 2º Tesoureira: Regina Pugliese
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Colégio de Aplicação Renata Lúcia Baptista Flores; Maria Cristina Miranda Escola de Serviço Social Mauro Luis Iasi; Luis Eduardo Acosta Acosta; Henrique Andre Ramos Wellen; Lenise Lima Fernandes Faculdade de Educação Claudia Lino Piccinini; Andrea Pentead de Menezes; Alessandra Nicodemos Oliveira Silva; Filipe Ceppas de Carvalho e Faria Escola de Comunicação Luiz Carlos Brito Paternostro Faculdade de Administração e Ciências Contábeis Antônio José Barbosa de Oliveira Instituto de Economia Alexis Nicolas Saludjian Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional Cecília Campello do Amaral Mello Faculdade Nacional de Direito Mariana Trotta Dallalana Quintans; Vanessa Oliveira Batista Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Eunice Bomfim Rocha; Luciana da Silva Andrade; Sylvia Meimaridou Rola; André Onioli Parreiras Escola de Belas Artes Patrícia March de Souza; Carlos de Azambuja Rodrigues Faculdade de Letras Gumerinda Nascimento Gonda; Vera Lucia Nunes de Oliveira Escola de Educação Física e Desportos Luis Aureliano Imbiriba Silva; Alexandre Palma de Oliveira; Marcelo Paula de Melo; Michele Pereira de Souza da Fonseca Escola de Enfermagem Anna Nery Walcyr de Oliveira Barros; Gerson Luiz Marinho Escola Politécnica José Miguel Bendrao Saldanha Coordenador de Comunicação Luiz Carlos Maranhão Editor Assistente Kelvin Melo de Carvalho Reportagem Silvana Sá e Elisa Monteiro Projeto Gráfico e Diagramação Douglas Pereira Estagiária Samantha Su Tecnologia da Informação: Renato Souza Tiragem 4.100 E-mails: adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br Redação: comunicacao@adufrj.org.br Cadernos Adufrj: revista@adufrj.org.br Diretoria: diretoria@adufrj.org.br Conselho de Representantes: conselho@adufrj.org.br Página eletrônica: http://www.adufrj.org.br

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

ELEIÇÕES ADUFRJ-SSIND

Chapas confrontam programas

Organizado pela Comissão Eleitoral, debate reuniu oponentes na Faculdade de Letras, dia 26

Íntegra pode ser conferida no site e nos perfis da Adufrj nas redes sociais. Segundo encontro acontece na Praia Vermelha, dia 3

Silvana Sá

silvana@adufrj.org.br

O primeiro debate entre as chapas que disputam as eleições para a diretoria da Adufrj-SSind, biênio 2015-2017 aconteceu na quarta-feira 26. Durante pouco mais de duas horas, docentes puderam acompanhar a exposição dos programas e fazer perguntas. Este primeiro evento, organizado pela Comissão Eleitoral, teve transmissão ao vivo pelas plataformas Youtube e G+.

Pela Chapa 1, Adufrj-SSind de Luta e Pela Base, participaram Mariana Trotta (candidata a presidente), Vicente Gil (candidato a 1º secretário) e Cláudio Ribeiro (candidato a 1º vice-presidente). Pela Chapa 2, Adufrj Democrática e Participativa, falaram Tatiana Roque (candidata a presidente), Carlos Frederico Leão Rocha (candidato a 1º vice-presidente) e Gustavo Arantes Camargo (candidato a 1º secretário).

O debate foi dividido em cinco blocos. No primeiro, as chapas fizeram apresentação das suas propostas. Houve três blocos alternados de cinco perguntas da plateia (a cada bloco, as chapas respondiam aos docentes) e um bloco de considerações finais. O debate foi aberto pela Chapa 1, mediante sorteio. Os mediadores da Comissão Eleitoral (professores José Miguel Saldanha e Maria Fernanda Guimarães) alternavam as



Mariana Trotta
(chapa 1)



Tatiana Roque
(chapa 2)

chapas que iniciavam os blocos seguintes.

Os principais temas debatidos foram carreira, aposentadoria, Funpresp (Fundação de

Previdência Complementar do Servidor Federal), cotas e Reuni (programa de reestruturação das universidades federais). O debate pode ser assistido na íntegra no canal da Adufrj-SSind no Youtube, na nossa página eletrônica (www.adufrj.org.br) e fanpage da Seção Sindical no Facebook.

tegra no canal da Adufrj-SSind no Youtube, na nossa página eletrônica (www.adufrj.org.br) e fanpage da Seção Sindical no Facebook.



Mediação.
A mesa foi coordenada pelos professores José Miguel Saldanha e Maria Fernanda Guimarães, da Comissão Eleitoral

Eleições para a Diretoria e o Conselho de Representantes da Adufrj-SSind, biênio 2015-2017

Nota da Comissão Eleitoral

Docentes ativos e aposentados votam nas eleições da Adufrj-SSind. Substitutos também.

Todos os docentes da UFRJ sindicalizados na Adufrj-SSind até o dia 10 de julho deste ano poderão votar para a Diretoria e o Conselho de Representantes da Adufrj-SSind, nas eleições que serão realizadas nos próximos dias 9 e 10 de setembro.

A Adufrj-SSind enviará, na próxima terça-feira, 1º de setembro, correspondência aos sindicalizados contendo as orientações da Comissão Eleitoral aos eleitores e as propagandas das duas chapas candidatas à Diretoria da entidade. O material deve chegar às residências dos sindicalizados até o final da próxima semana.

Haverá mesas receptoras de votos distribuídas por todos os campi da UFRJ. Os locais e horários de votação, bem como as unidades agrupadas em cada seção eleitoral, serão amplamente divulgados pelos meios de comunicação da Adufrj-SSind, inclusive nas orientações que serão enviadas pelo correio.

O eleitor deverá votar, preferencialmente, na seção eleitoral correspondente à sua unidade, mas o voto em trânsito para a Diretoria, isto é, o voto em outra seção eleitoral, será permitido a qualquer eleitor, ativo ou aposentado, permanente ou substituto. Neste caso, o voto será recolhido em separado e só será apurado após a comissão eleitoral verificar a sua validade, mantido o seu sigilo. Não será possível, no entanto, votar em trânsito para o Conselho de Representantes, uma vez que as cédulas correspondentes a cada unidade só estarão disponíveis nas seções eleitorais que agrupam os seus eleitores.

ANOTE NA AGENDA

O próximo debate entre as chapas será realizado no dia

3 de setembro

16h30min

Praia Vermelha.

As eleições da Adufrj-SSind acontecem nos dias

9 e 10 de

setembro

Durante esta semana, a Comissão Eleitoral divulgará o mapa completo das seções eleitorais. A apuração dos resultados será feita pela CE na sexta-feira, 11.

ELEIÇÕES DA ADUFRJ-SSIND

ADUFRJ

DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA

A LUTA PELA DEMOCRATIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE SEMPRE TEVE O APOIO DE INTEGRANTES DA CHAPA 2

As políticas de democratização do acesso e de ações afirmativas, bem como a expansão das IFE, transformaram profundamente o sistema federal de ensino, especialmente nos últimos dez anos. Houve muitos e importantes aspectos positivos nesta transformação, mesmo reconhecendo os problemas que enfrentamos hoje, sobretudo porque contribuiu de modo decisivo para a diminuição das desigualdades sociais.

Diversos integrantes da Chapa 2 defenderam intensamente essas políticas, desde quando começaram a ser discutidas no ano de 2003. Naquele momento, dirigentes da ADUFRJ e do Andes-SN não viam nessas propostas toda sua potência transformadora. Mesmo na implantação do REUNI, responsável pela necessária ampliação do quadro de estudantes e docentes de nossa universidade, as críticas foram contundentes, baseando-se sempre em argumentos economicistas que diminuam o valor político e social desse projeto. Apesar de seus problemas de financiamento, cujas consequências vivemos hoje, era necessário que tais políticas fossem apoiadas e que as críticas fossem colocadas de modo construtivo. Enquanto isso, o discurso da ADUFRJ e do ANDES-SN convocava a “barrar o REUNI” (para verificá-lo, basta consultar os jornais e documentos da época).

Foi preciso muita luta para chegarmos à compreensão que temos hoje de que esses programas foram uma conquista fundamental para a sociedade como um todo, e para a universidade em particular. Um número grande dos professores atuais da UFRJ foi contratado graças ao REUNI, e a entrada de um número maior de alunos, associada às políticas afirmativas, permitiu que a universidade se tornasse menos elitista e mais diversa, também com o fortalecimento de iniciativas de interiorização, como as ocorridas em Macaé e Xerém.

Desde 2004, o governo federal elegeu como uma de suas prioridades a chamada Reforma Universitária, inaugurando uma série de mudanças no ensino superior. Uma das metas era a de que, até 2010, fossem oferecidas matrículas em cursos superiores correspondentes a 30% da população de jovens entre 18 e 24 anos. Para isso, era necessário dobrar o contingente de jovens dessa faixa nos bancos universitários. O percentual pouco expressivo de jovens dessa faixa nas universidades públicas naquele momento era obviamente incompatível com a democracia.

Um dos principais pontos definidos na Reforma Universitária foi a reserva de vagas nas universidades federais para alunos da rede pública e afrodescendentes. Tal medida estava presente no Anteprojeto de Lei da Educação Superior, apresentado em 2005. A Diretoria do ANDES-SN posicionou-se contra esta política, como mostra a nota reproduzida no encarte publicado no jornal da ADUFRJ em 08 de agosto de 2005:

Para conquistar apoio público, anuncia um conjunto de medidas de ação afirmativa para supostamente democratizar o acesso que, apesar da retórica proclamada, não enfrenta o problema nodal apontado pelo Andes-Sn em sua agenda: a articulação das políticas de melhoria das escolas básicas dos territórios de pobreza onde se localizam as etnias historicamente discriminadas com a educação superior pública. A focalização é um instrumento utilitarista em que os pobres estruturais devem entrar em competição entre si para definir os poucos que poderão ter acesso a um determinado “benefício”.

Esse trecho ilustra bem a concepção de política sindical que contestamos. Em nome da defesa abstrata de políticas universais, que demandam sempre mais e mais verba



Em pé, da esquerda para a direita, Gustavo, Silvana, Tatiana e Sole. Sentados, Fred, Liv e Fernando.

estatal, e por isso dependem de um rompimento com o modelo vigente, o que sabemos não ser fácil, abre-se mão de fazer, no presente, as mudanças que possibilitarão uma efetiva transformação social.

Em 2006, a comunidade universitária ainda estava profundamente dividida sobre a questão das cotas, como mostram os manifestos pró e contra essa política surgidos então (veja Folha em 4/07/2006, <http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u18773.shtml>).

Diversos membros de nossa Chapa, incluindo a candidata presidente, foram signatários de primeira hora do manifesto a favor das cotas, ajudando a difundir e apoiando os movimentos de Pré-Vestibulares comunitários (como o PVNC e o Educafro). Eram movimentos sociais que se relacionavam diretamente com a universidade, pois buscavam espaço para estudantes com outro perfil sócio econômico e racial. Infelizmente, esses movimentos não tiveram apoio do nosso sindicato. Mas contaram com apoio de diversos grupos de professoras e professores, dentre os quais alguns estão em nossa Chapa. Para nós, as cotas sociais e raciais não são somente uma política compensatória, mas consistem em uma abertura necessária para a constituição de uma universidade democrática que pretende ser um vetor de transformação social.

A despeito dos problemas que ora enfrentamos, as transformações ocorridas nos últimos anos propiciaram a contratação de jovens docentes, trazendo novo ânimo, novas ideias e mais diversidade à UFRJ. Nada disso teria acontecido se tivéssemos seguido a orientação inflexível da ADUFRJ de “barrar a Reforma”. Se dependesse das sucessivas direções da ADUFRJ, sempre da mesma linha política, não teria sido ouvido o apelo para que a UFRJ se tornasse mais múltipla em sua composição social e racial.

A crise que vivemos hoje se dá dentro desse processo positivo de democratização. Devemos lutar contra os cortes atuais para preservar e aprofundar essas conquistas.

ELEIÇÕES DA ADUFRJ-SSIND

Lutamos por uma carreira que motive, valorize e fortaleça o projeto de universidade pública!



A defesa da universidade pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada é inseparável de uma carreira atrativa e plena que permita ao docente desenvolver suas atividades de ensino, pesquisa, extensão e administrativas, ser remunerado adequadamente e ter a garantia de aposentadoria paritária.

O artigo 207 da Constituição Federal de 1988 garante a autonomia universitária e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e é a nossa referência. Por esta razão, a Adufrj-SSind posicionou-se por uma carreira que não discriminasse as novas gerações - como fizeram os que se opunham à luta contra o desmonte da previdência pública em 2003; a paridade entre os ativos e os aposentados - contra os que defenderam uma carreira que obviamente prejudicaria os docentes aposentados (desde a criação da classe de Associado, sem assegurar o reposicionamento dos aposentados como Adjuntos IV), e a isonomia entre a carreira EBTT e a carreira do magistério superior - a exemplo das lutas contra as gratificações de estímulo à docência em 1998.

No debate sobre carreira, destacamos: i) a carreira de professor federal, prevista na Lei n.12.772/12, alterada pela Lei n.12.863/13, é única em todo o país; e ii) os aspectos internos da carreira docente são regulados por norma interna da universidade que complementa e detalha as diretrizes nacionais. Por ser a nossa carreira única em todo o Brasil, a nossa articulação em nível federal feita pelo nosso Sindicato Nacional (ANDES-SN)

nos permite discutir tais temas a partir da base, mas de forma coordenada nacionalmente.

Em 2012 o ANDES-SN não assinou o acordo pro(im)posto pelo governo - assinado pelo braço sindical do governo à revelia da base - por compreender que os termos da nova lei, apesar de incorporarem elementos da carreira defendidos pelo Andes-SN, como a progressão para a Classe de Titular, trouxe prejuízos aos docentes, golpeou os aposentados, achou a remuneração dos novos docentes e tornou ainda menos atrativa a carreira de professor.

A lei em vigor atingiu especialmente os docentes ingressantes quando, por exemplo, impediu a sua progressão antes do fim do estágio probatório. Prejudicou também a grande maioria dos docentes atuais. Assistentes e Adjuntos receberam reajustes inferiores aos dos Associados e Titulares.

Concebemos a progressão como uma etapa que valoriza todos aqueles que cumprem com as suas elevadas obrigações como docentes de uma instituição de ensino, pesquisa e extensão. Na carreira que defendemos, o ingresso se dá no seu primeiro nível, e a progressão se faz por avaliação de desempenho, entre os níveis, e pela obtenção de títulos acadêmicos. Os dois critérios aplicam-se independentemente um do outro. A tabela salarial baseia-se em degraus percentuais fixos entre níveis consecutivos e em acréscimos percentuais também fixos para cada título obtido. São também fixas as relações entre os salários dos diversos regimes de trabalho correspondentes a

quaisquer níveis e títulos. O piso da carreira é o salário do nível inicial do docente graduado, 20 horas, para o qual reivindicamos o salário mínimo do DIEESE.

É fundamental apontar que o projeto de carreira por nós defendido pressupõe a progressão por titulação e por avaliação de desempenho dos docentes, considerando os dois elementos separadamente. O desempenho, para ser rigorosamente avaliado, precisa ser confrontado com planos de trabalho previamente elaborados de forma democrática pelos docentes e aprovados pela instituição.

A Adufrj-SSind foi protagonista na ação que garantiu o debate amplo dos aspectos internos da carreira na UFRJ; no CONSUNI, defendeu critérios de desenvolvimento da carreira, a partir do trabalho da CPPD. Dentre os destaques desta atuação está a mobilização pela retirada da cláusula de barreira que vedava aos professores que não atuassem em cursos de pós-graduação stricto sensu alcançar a classe de Associado - tese defendida pela atual oposição ao movimento docente autônomo da Adufrj-SSind - por entendermos que tal medida impediria a pertinente progressão de grande parte dos docentes e considerava a atuação na graduação como inferior, o que é inaceitável. Também foi por nós defendido (e restou incluído na regulamentação) que a progressão ou promoção devem ser efeitos retroativos ao protocolo do pedido.

Consideramos que ainda há muito a ser feito para aprimorar a carreira docente, inclusive na UFRJ, porque há partes da resolução 08/14 do Consuni que tratam temas

de forma mais restritiva do que a lei federal. Internamente é urgente instituir agilidade nos processos administrativos de progressão para evitar atrasos e prejuízos aos professores, especialmente aos lotados no campus Macaé e no Polo de Xerém.

Para nós a carreira deve expressar o sentido de universitas em que avaliação inclui os muitos saberes e formas de conhecimento existentes na universidade. Uma ópera, um artigo, uma peça literária, uma obra científica, um projeto arquitetônico, uma descoberta de pesquisa, devem ter igual valor porque a universidade não é uma na forma de produzir e de apresentar resultados, mas deve ser uma no reconhecimento de que a cultura humana e social não pode prescindir de todas as formas de conhecer e a universidade pública pode e deve articular toda esta diversidade para merecer tal denominação.

O QUE DEFENDEMOS

Em nível nacional, defendemos: a reestruturação da carreira, a valorização salarial, a paridade entre ativos e aposentados, a incorporação das gratificações ainda vigentes à remuneração na forma de uma linha única no contracheque, e a isonomia entre os docentes das carreiras da educação básica e da educação superior em seus valores mais altos, além da progressão na carreira como um reconhecimento do trabalho do docente, e não como uma corrida de obstáculos.

EM DEFESA DA UNIVERSIDADE PÚBLICA, VOTE CHAPA 1

Chapa 1 Adufrj-SSind de luta e pela base

Presidente
Mariana Trotta (FND/CCJE)
1º Vice-presidente
Cláudio Ribeiro (FAU/CLA)
2º Vice-presidente
Angelica Nakamura (Nutrição/Macaé)
1º Secretário
Vicente Gil (DGEI/CCJE)

2º Secretário
Marcelo Paula de Melo (EEFD/CCS)
1º Tesoureira
Regina Célia de Souza Pugliese (Apos.CAp/CFCH)
2º Tesoureiro
Salatiel Menezes (Apos. IBCCF/CCS)

Participe dessa luta!
Leia nosso programa no blog
delutaepelabase.wordpress.com

Elisa Monteiro

elisamonteiro@adufrj.org.br

O reitor Roberto Leher atualizou, no Consuni do dia 27, o colegiado sobre a situação de asfixia financeira da universidade. Segundo o dirigente, o mais recente pedido de liberação de recursos (previstos no orçamento cortado de 2016) na ordem de R\$ 36 milhões, teve como resposta a liberação de apenas R\$ 8 milhões. Para 2016, as perspectivas não são melhores: o governo confirmou a notícia de previsão orçamentária apenas com correção inflacionária, “cerca de 8% em termos absolutos”. Quanto à assistência estudantil, haverá aporte de R\$ 5 milhões aos atuais R\$ 45 milhões destinados pelo Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes).

Leher informou que uma reunião específica sobre a universidade está programada para os próximos dias. O reitor disse ter expectativa de que o governo libere ao menos os recursos próprios da universidade contingenciados em 2014, cerca de R\$ 19 milhões. “O Ministério reconheceu a legitimidade do pleito e esperamos que seja atendido em caráter emergencial”, declarou.



Quinta-feira, 27 de agosto. Roberto Leher, ao lado de Denise Nascimento, comanda Consuni

Cobertor curto

MEC libera oito, dos 36 milhões de reais solicitados pela reitoria

Pela universidade pública

Luciana Boiteux (Adufrj-SSind) chamou atenção dos conselheiros para o conjunto das perdas para os trabalhadores em curso no país. Ela destacou que a “austeridade seletiva que corta em serviços públicos e direitos” é agravada pelo pacote da chamada Agenda Brasil, “com cobrança pelos serviços do SUS, ampliação da idade mínima para aposentadoria, degradação ambiental e retrocesso nas demarcações de terras indígenas”. Citou ainda as tramitações da proposta de emenda constitucional (PEC) que reduz idade penal para juventude brasileira e do projeto de lei antiterror (PL 2016/15) “que põem em risco a liberdade de manifestação”. Em relação à universidade, alertou para a Emenda à Constituição (PEC) 395/14, que permite a cobrança de taxa para cursos de especialização e extensão nas universidades públicas.

Luciana avaliou que a greve docente na UFRJ “cumpru um importante papel de denúncia e resistência aos cortes que a universidade pública vem sofrendo”. E lamentou a saída antecipada, “antes da definição sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias”. “Foi legítima a assembleia que decidiu pelo fim da greve”, disse a dirigente, “mas é inadmissível não reagir ao quadro que estamos enfrentamos”.

A dirigente firmou posição, ainda, em relação ao calendário da universidade. “Sempre defendemos uma reposição integral e de qualidade das aulas”. No início da sessão do Consuni, o pró-reitor de Graduação, Eduardo Gonçalves Serra, havia apresentado uma proposta (não debatida pelo CEG) de “três ou quatro semanas de aula” para o início do semestre 2015/2.

Moções aprovadas

A UFRJ aprovou três moções, a primeira, de pesar pelo falecimento do professor titular da Faculdade de Medicina, Ricardo Antônio Refinetti. O falecimento aconteceu no último dia 20. No dia 21, a Assembleia Geral da Adufrj-SSind já havia aprovado moção de pesar. Na ocasião, foi feito um minuto de silêncio em memória do professor. Os conselheiros aprovaram ainda uma nota de apoio ao pleito estudantil de R\$ 3 bilhões para investimento em assistência estudantil. O valor foi in-

dicado por levantamento feito pelo fórum de pró-reitores da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes). Uma última manifestação repudiou a ação segregacionista da Polícia Militar do Rio de Janeiro, que interceptou, no dia 23, um ônibus da Zona Norte que se dirigia à orla e recolheu ao Centro Integrado de Atendimento à Criança e ao Adolescente (Ciaca) 15 jovens pobres (14 deles negros) sem qualquer justificativa legal.

Consuni regulamenta Educação Infantil

O Conselho Universitário (Consuni) aprovou por unanimidade o regimento da Escola de Educação Infantil da universidade (EEI-UFRJ) durante a sessão do dia 21. Além dos objetivos gerais da educação infantil, passam a fazer parte das obrigações da escola realizar atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como “estabelecer uma relação entre teoria e prática por atividade de ensino, oferecendo campo de estágio para alunos regularmente matriculados nos cursos de Gradu-

ação e Pós Graduação da UFRJ”.

Na prática, o regulamento oficializa a Unidade como Órgão Suplementar do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH). A estrutura segue os moldes gerais da universidade com Conselho Deliberativo, Coordenação Administrativa, Coordenação de Ensino, Coordenação de Pesquisa e Extensão, Coordenação de Estágio e Direção Geral. A equipe interdisciplinar da escola compreende além dos

docentes, profissionais de Serviço Social, Psicologia, Enfermagem e para Atendimento a Pessoa com Necessidades Educacionais Especiais (SAPNEE).

Para adequar a prática democrática à realidade específica da Unidade, o colégio eleitoral passa a ser composto por responsáveis no lugar dos alunos. A escola atende a crianças de quatro meses a cinco anos e 11 meses. E o ingresso é por meio de sorteio público, orientado por edital publicado anualmente.

■ ANDES-SN

MPOG corta convênios com 15 seções sindicais

A Adufrj-SSind foi uma das seções sindicais do Andes-SN a ter aprovado o convênio com a Secretaria de Gestão do MPOG que dá direito à entidade de operar descontos no Sistema Integrado de Administração

de Recursos Humanos (Siape). O convênio de desconto consignado é válido por 60 meses, mediante recadastramento anual.

Porém, 15 seções sindicais foram descadastradas. O Sindicato Nacional solicitou pedido

de audiência com o secretário da Segep para solicitar a suspensão da medida. A Assessoria Jurídica Nacional está acompanhando o caso para esclarecer os fatos. Quatro dessas seções sindicais não haviam sido notificadas sobre pendências.

O Sindicato Nacional orienta suas Seções Sindicais na prática da contribuição voluntária, ou seja, as entidades representativas dos professores ligadas ao Andes-SN não recebem o imposto sindical. Valem-se do democrático di-

reito de construção autônoma e voluntária do movimento docente.

Ao todo, o MPOG cancelou 198 convênios para descontos em folha de pagamento de diversas entidades em todo o Brasil.